

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO AMAZONAS - UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS - CESP
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

FRANCISCO JOSÉ FERNANDES DA SILVA

O LÚDICO E SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

PARINTINS-AM, MAIO DE 2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO AMAZONAS - UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS - CESP
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

FRANCISCO JOSÉ FERNANDES DA SILVA

O LÚDICO E SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de licenciatura em Pedagogia como requisito
de obtenção do diploma de graduação. Orientador:
Prof. Msc. Ágdo Regis Batista Filho e
Coorientadora: Prof^a. Elenice Maria Farias
Mourão.

PARINTINS-AM, MAIO DE 2022

FICHA CATALOGRÁFICA

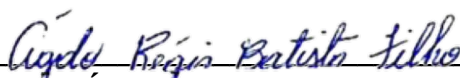
SILVA, Francisco José Fernandes da, **O LÚDICO E SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Centro de Estudos Superiores de Parintins/ Universidade Estadual do Amazonas CESP-UEA, 2022.

FRANCISCO JOSÉ FERNANDES DA SILVA

O LÚDICO E SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado com o intuito de recebimento do Título de Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Amazonas- UEA, turma 2016, matrícula nº 1627120010 sob a Orientação do Professor Msc. Ágdo Regis Batista Filho e como Coorientadora a Professora Elenice Maria Farias Mourão, ocorrido em 30 de maio de 2022, aprovado pela banca formada pelos professores abaixo:

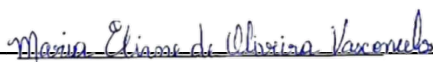
Banca Examinadora:



Prof. Msc. Ágdo Regis Batista Filho - CESP-UEA



Prof. Dra. Georgina Terezinha Brito de Vasconcelos – CESP-UEA



Prof. Dra. Maria Eliane de Oliveira Vasconcelos – ICSEZ-UFAM

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pelo apoio, carinho e compreensão em todos os momentos de minha vida e em especial a minha mãe Therezinha (in memoriam) por sempre acreditar, torcer e me incentivar em todas as minhas decisões.

Agradeço, em especial à minha esposa Claudiana, aos meus filhos Luma, Fernanda e Carlos que demonstraram madura compreensão nos momentos em que precisei me ausentar do nosso convívio diário em prol da dedicação que o trabalho exigia. Vocês são a razão da minha vida e por vocês tenho força e motivação para continuar a caminhada.

A todos os meus amigos e colegas que me incentivaram e me apoiaram. Ao meu orientador Prof. Ágdo juntamente com minha coorientadora Prof. Elenice por toda paciência, dedicação e disponibilidade durante a construção deste estudo. A todos os professores do CESP-UEA que, direta ou indiretamente participaram e dedicaram-se, de alguma forma, para que eu conseguisse chegar ao final da caminhada e, em especial, ao professor Renner Dutra (in memoriam), pessoa generosa, de visão futurista e amigo para todas as horas; à professora Dra. da Universidade Federal do Amazonas Maria Eliane que é pura luz e, gentilmente, aceitou meu convite para participar da minha banca avaliadora; ao professor Ágdo Regis, pessoa que conseguiu conquistar meu respeito pelo seu caráter e honestidade de propósito; à professora Ângela que, por meio das suas diversas disciplinas acerca da infância e da criança, me motivaram à esse estudo.

Seria injusto deixar de agradecer às professoras Keila e Simone que foram e à professora Georgina que é a atual Coordenadora do Curso de Pedagogia pela enorme contribuição à frente dessa Coordenação e à Sra. Edilene Reis, a incansável auxiliar da Coordenadora do Curso. Paciente, amiga e, acima de tudo, competente. Pessoa certa no lugar certo nos meus momentos de necessidade acadêmica...meu muito obrigado.

Ao meu Deus pela minha vida, pela minha saúde e pela certeza de ser uma pessoa por Ele abençoada e protegida.

RESUMO

Inúmeros estudos acerca do lúdico apontam sua valiosa contribuição ao processo de construção do sujeito não só na esfera do direito, mas também nas dimensões sociais, intelectuais, físicas, afetivas e etc. Assim sendo, o trabalho ora construído buscou apresentar como temática a importância do lúdico no contexto da Educação Infantil por meio dos jogos, das brincadeiras e dos brinquedos, tendo como objetivo geral investigar como o lúdico é trabalhado em duas turmas do II período da Educação Infantil, turno matutino, em um CEI do Município de Parintins-AM. Para tanto, tivemos como objetivos específicos analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) a fim de se averiguar se o lúdico faz parte da proposta pedagógica da Instituição; averiguar, também, junto as professoras participantes, quais suas concepções acerca do lúdico na Educação Infantil; e constatar quais atividades lúdicas são ofertadas em sala. O estudo se caracterizou de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, de cunho qualitativo interpretativo, utilizando a abordagem fenomenológica e como técnicas de coleta de dados utilizamos o questionário e a observação não participante. A pesquisa documental foi feita a partir da análise do Projeto Político Pedagógico do CEI e a de campo foi feita em duas etapas: aplicação do questionário para duas professoras do II período do turno matutino e da observação não-participante. Constatou-se que as salas observadas são extremamente pequenas, com baixa intensidade de iluminação natural, sem área externa adequada para qualquer tipo de brincadeira que exija movimentos básicos por parte das crianças como correr, pular, rolar, saltar, etc., o que é feito, esporadicamente, nos corredores laterais, em frente as salas de aula. Os jogos/brincadeiras mais utilizados foram os de montar, o quebra-cabeça e corrida com saco e contação de história, respectivamente. As respostas das professoras indicaram que possuem grande conhecimento da importância da ludicidade para a Educação Infantil contudo, a prática observada não foi condizente com o que foi demonstrado de conhecimento sobre o tema.

Palavras Chave: Educação Infantil. Lúdico. Jogos e Brincadeiras.

ABSTRACT

Numerous studies on the ludic point to its valuable contribution to the process of construction of the subject not only in the sphere of law, but also in the social, intellectual, physical, affective and so on. Therefore, the work built here sought to present the importance of playfulness in the context of Early Childhood Education through games, games and toys, with the general objective of investigating how playfulness is worked in two classes of the II period of Early Childhood Education, shift morning, in a CEI in the Municipality of Parintins-AM. For that, we had as specific objectives to analyze the Pedagogical Political Project (PPP) in order to verify if the ludic is part of the pedagogical proposal of the Institution; to also find out, together with the participating teachers, what their conceptions about the ludic in Early Childhood Education; and verify which recreational activities are offered in the classroom. The study was characterized by a bibliographical, documentary and field research, of an interpretative qualitative nature and as data collection techniques we used the questionnaire and non-participant observation. The documental research was carried out from the analysis of the Political Pedagogical Project of the CEI and the field research was carried out in two stages: application of a questionnaire to two teachers of the second period of the morning shift and non-participant observation. It was found that the rooms observed are extremely small, with low intensity of natural lighting, without an adequate external area for any type of play that requires basic movements on the part of children such as running, jumping, rolling, jumping, etc., which is done, sporadically, in the side corridors, in front of the classrooms. The most used games/plays were assembling, jigsaw puzzle and bag racing and storytelling, respectively. The teachers' answers indicated that they have great knowledge of the importance of playfulness for Early Childhood Education, however, the observed practice was not consistent with what was demonstrated of knowledge on the subject.

Keywords: early childhood education. Ludic. Games and toys.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
 CAPÍTULO 1: DO HISTÓRICO AO CONTEMPORÂNEO DO LÚDICO E SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	10
 1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
1.1 Infância, um mundo encantado de fantasias, diversão e sobretudo, de aprendizado: Breve contexto histórico.....	10
1.2 Não é questão de querer ou concordar: Direitos da criança.....	12
1.3 O encontro do equilíbrio entre o real e o imaginário; lúdico em jogo: O brincar	16
1.4 Valor cultural que leva a sonhar, ao pensar e ao refletir: O brinquedo e o jogo.....	18
1.5 No quintal, em casa, na rua, nas praças e no espaço escolar: As brincadeiras.....	21
 CAPÍTULO 2: O MENINO E O DONO DO MUNDO E O MUNDO NÃO É MAIS QUE UMA BOLA PRAZEROSA DO LÚDICO: PERCURSO METODOLÓGICO.....	23
 2 METODOLOGIA.....	24
2.1 Contexto da pesquisa.....	24
2.1.1 Método de abordagem.....	25
2.1.2 Método qualitativo interpretativo.....	25
2.1.3 Pesquisa bibliográfica.....	25
2.1.4 Pesquisa documental.....	25
2.1.5 Pesquisa de campo.....	26
2.2 Instrumentos de coleta de dados.....	26
2.2.1 Questionário.....	26
2.2.2 Observação não participante.....	27
2.3 Procedimentos de coleta de dados.....	27
2.4 Procedimentos para a análise de dados.....	27
2.5 Sujeitos da pesquisa.....	28
2.5.1 Critérios para a escolha dos participantes	28
 CAPÍTULO 3 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	29
3.1 Como estão estabelecidas as atividades lúdicas no PPP do CEI investigado.....	29
3.2 concepções das professoras acerca da importância do lúdico em sala de aula.....	31
3.3 Atividades lúdicas em sala de aula.....	33
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
 REFERÊNCIAS.....	42
 APÊNDICE I: Questionário.....	44
 APÊNDICE II: Autorização.....	47

INTRODUÇÃO

Estando na situação de finalista do Curso de Pedagogia, após uma longa caminhada, quase cinco anos de academia, me veio esclarecido, enfim, o objetivo dessa formação: a docência para a Educação Infantil e para as séries iniciais do Ensino Fundamental.

Ao longo desse percurso vimos inúmeras matérias, dentre as quais, as direcionadas às crianças do pré-escolar e, a cada disciplina apresentada, aumentava a inquietação: as escolas de Educação Infantil do Município, efetivamente, colocam em prática os ensinamentos teóricos voltados à Educação Infantil? Por essa problemática, vem a intenção objetivando investigar como o lúdico é trabalhado em duas turmas do II período, turno matutino, de um Centro Educacional Infantil (CEI), da Cidade de Parintins-AM., e, para alcançar esse objetivo se fez necessário, especificamente, investigar de forma detalhada de como o lúdico é concebido no Projeto Político Pedagógico (PPP) do CEI investigado; averiguar as concepções das professoras acerca da importância do lúdico; e por fim identificar as atividades que as mesmas propõem aos seus alunos em suas salas.

Inúmeros estudos acerca do brincar na Educação Infantil apresentam não só sua importância como os benefícios voltados ao desenvolvimento físico, cognitivo, social e cultural, mas apresentam, também, os benefícios voltados ao ensino e aprendizagem escolar. Entende-se, portanto, que o brincar, além de um direito, é uma necessidade da criança. Para tanto, o brincar pedagógico deve vir permeado de requisitos próprios como, por exemplo, que o educador contemple esse brincar com a intencionalidade real, “nem tão larga que dispense o educador, dando margem às práticas educativas espontaneístas que sacralizam o ato de brincar, nem tão rígida que deixa de serem brincadeiras” (FORTUNA, 2003, *apud* BUENO, 2010).

Como forma de facilitar o entendimento, o trabalho foi dividido da seguinte forma: no primeiro capítulo tratamos do Referencial Teórico, onde buscamos apresentar um breve histórico de criança, tendo por base as argumentações de Àries (1978); os direitos da criança (CF/1988, ECA/1990 e BNCC/2018); o brincar e as brincadeiras (Kishimoto, 1999 e 2002), o brinquedo e o jogo (Brougère, 1995).

No segundo capítulo apresentamos nossa metodologia cujo contexto da pesquisa foi em um Centro Educacional Infantil do Município de Parintins-AM., especificamente em duas turmas do II período matutino, proporcionando uma investigação de cunho qualitativo. Como método de abordagem fizemos uso do método fenomenológico, seguido da pesquisa bibliográfica e documental, essenciais na construção do nosso Referencial Teórico e para o entendimento de como o lúdico é contemplado no PPP do CEI, respectivamente.

Como método de coleta de dados utilizamos do questionário com seis (06) perguntas abertas e da observação não participante. Por fim, elencamos os sujeitos da pesquisa que foram duas professoras do II período matutino do CEI em questão.

No terceiro capítulo buscamos apresentar os resultados obtidos bem como a análise desses resultados, que culminou com demonstração de que o CEI investigado prima e valoriza a utilização do lúdico e o toma como necessário no processo do desenvolvimento global da criança. Contudo, levando em consideração as respostas das professoras entrevistadas em relação ao que foi observado nas salas de aula, foi possível constatar que, conceitualmente, as duas professoras apresentaram boa base de conhecimento teórico acerca da importância do lúdico na Educação Infantil, porém uma delas não efetiva, na prática, esse conhecimento, fazendo com que suas aulas se tornem pouco atrativas aos alunos, apresentando em sua sala uma atmosfera pouco feliz, pouco prazerosa, pouco interativa e com pouca demonstração de afetividade.

CAPÍTULO 1: DO HISTÓRICO AO CONTEMPORÂNEO DO LÚDICO: SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

*“Daquele tempo de menino
Ainda tenho no meu peito muita saudade.
Rodar pião, estilingue no pescoço e papagaio
pra soltar [...]. E sempre com os meus amigos.
Uma chegada na lagoa não fazia mal
E não faltava um bate-bola no campinho
Improvizado no quintal. [...] Que tempo bom!
Que tempo bom, que não volta nunca mais”*

(Chico da Silva).

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo foi destinado à apresentação do referencial teórico onde buscamos trazer à luz a visão de criança/infância, baseado nos estudos de Àries (1978), a partir de um breve histórico até a atualidade; dos direitos da criança, especificamente voltados ao ato de brincar, contemplados tanto na CF/88 quanto no ECA (1990), na Lei de Diretrizes e Bases (1996) e na própria BNCC (2018); o entendimento do que vem a ser lúdico, jogos, brinquedos e brincadeiras e sua importância para a Educação Infantil fazendo uso dos argumentos de Santos (2010), Piaget (1971), Brougère (1995) e outros que auxiliaram na construção do arcabouço teórico que sustentou esta pesquisa.

1.1 INFÂNCIA, UM MUNDO ENCANTADO DE FANTASIAS, DIVERSÃO E, SOBRETUDO, DE APRENDIZADO: BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

Para entendermos o conceito de infância, se faz necessário retornarmos no tempo, fazer uma viagem aos tempos remotos para, na atualidade, compreendermos o real sentido do termo “infância” e como essa (re)construção foi sendo feita ao longo dos anos. Para tanto, buscamos a ajuda de Phillipe Ariés (1978) na questão que envolve a história da criança e da família por meio da arte, mais precisamente por meio da pintura.

A sociedade dos séculos X e XI, em geral, ignorava por completo a imagem da infância onde se tinha como consenso que esta se tratava apenas de uma fase de transição que, portanto, se tratava de um pequeno adulto. A afeição, o carinho pelo pequeno ser, até mesmo o sentimento de proteção ficava em último plano ou mesmo nem existia.

Já no século XII é que começa a ser esboçado algum tipo de “atenção” às crianças, por meio de pinturas. Agora a figura de “pequenos adultos” passava a ser observada e representada como um tipo de modelo; a figura do menino Jesus ou de Maria ainda menina. A infância de antes, nesse momento, já tem uma nova roupagem. O que antes era indiferente, agora se faz símbolo de novas representações, a sacralidade.

Dando um salto, já no século XVII, a criança já tinha certa notoriedade. Já era retratada com feições angelicais, de quem suplica por carinho, atenção e proteção. Contudo, se mantinha o pressuposto de serem seres sem movimento na alma e sem forma reconhecível pelo corpo; eram, ainda, tidas como uma perda inevitável em virtude do pouco (ou nenhum) cuidado com a saúde e a higiene.

Já o século XVIII chega com novas e revolucionárias propostas acerca do que é criança. A sociedade, enfim, enxerga que essa criança é um ser que precisa de carinho e proteção e o sentimento do descarte inevitável é substituído pelo sentimento de proteção. A partir daí, a criança passa a ser vista com outros olhos; não mais como um mini adulto esperando o momento adequado para ajudar no trabalho; momento esse que normalmente se estabelecia simplesmente pelo fato de a criança adquirir certa altura e força. Ela passa a ser vista, também, não mais como um objeto que pode ser perdido a qualquer momento se colocando outro no lugar. Agora ela passa a fazer parte da família e os devidos cuidados já vão sendo oferecidos.

É, então, a partir do século XX que a criança ganha real notoriedade, pois inúmeros estudos por parte de pesquisadores como Piaget, Vygotsky, Wallon e outros surgem visando decifrar os fenômenos psicológicos que acometem à criança para seu desenvolvimento mental.

Não obstante aos aspectos da Psicologia do desenvolvimento, a própria Legislação Brasileira também buscou qualificar nos seus assentamentos o real sentido de criança, infância e os direitos que elas fazem jus.

Na atualidade a criança é vista como um sujeito histórico e social, tendo agora um olhar mais humano garantindo, assim, o devido respeito por suas necessidades e direitos. O próprio RCNEI, por meio do Parecer 022/1998, citando o escritor Paulo Leminsky para indicar algumas peculiaridades da criança coloca que “nesta vida pode-se aprender três coisas de uma criança: estar sempre alegre, nunca ficar inativo e chorar com força por tudo que se quer” (p. 6), demonstrando que a criança passa a ser verdadeiramente compreendida, inclusive nos aspectos comportamentais.

A esse preceito, acerca da real compreensão do que é criança, o Parecer acima citado apresenta algo além ao se referir que as crianças são seres humanos dotados de todas as melhores potencialidades da espécie, pois são:

- *inteligentes, curiosas, animadas, brincalhonas em busca de relacionamentos gratificantes, pois descobertas, entendimento, afeto, amor, brincadeira, bom humor e segurança trazem bem estar e felicidade;
- *tagarelas, desvendando todos os sentidos e significados das múltiplas linguagens de comunicação, por onde a vida se explica;
- * inquietas, pois tudo deve ser descoberto e compreendido, num mundo que é sempre novo a cada manhã;
- * encantadas, fascinadas, solidárias e cooperativas desde que o contexto a seu redor, e principalmente, nós adultos/educadores, saibamos responder, provocar e apoiar o encantamento, a fascinação, que levam ao conhecimento, à generosidade e à participação. (PARECER CNE/CEB 22/1998 - HOMOLOGADO, p. 6).

A forma com que o olhar sobre a criança vem mudando ao longo da história, desde a antiguidade aos dias atuais, nos apresenta a importância da reflexão sobre o tema a fim de buscarmos melhor compreendê-la para podermos, a cada momento histórico, reinventá-la e assim podermos traduzir de forma mais peculiar possível o que de fato a criança é.

1.2 NÃO É QUESTÃO DE QUERER OU CONCORDAR: DIREITOS DA CRIANÇA

Áries (1978) nos apresentou um breve histórico da evolução do que é ser criança, um caminho um tanto quanto difícil, sofrido e dolorido. Desde a sua imagem de um nada, sem alma, um objeto que pode ser repostado, até a sua percepção de sujeito mais importante da família, aquele que precisa ser cuidado, portanto, protegido.

A partir do século XX a criança não é só o centro das atenções, ela precisa ter direitos, vários direitos. E os primeiros passos à essa nova concepção vem justamente com a elaboração, por Eglantyne Jebb, do documento internacional que promove os direitos da criança denominado “Declaração dos Direitos da Criança”, às vezes conhecida como “Declaração de Genebra”, adotado pela Liga das Nações em 1924, e aprovado em uma forma estendida pelas Nações Unidas, também conhecida como ONU.

Esse documento vem demonstrando a preocupação que o mundo deveria ter com a criança, especificamente quanto ao direito à igualdade, sem distinção de raça religião ou nacionalidade, pois no seu I princípio assim vem estabelecido:

A criança desfrutará de todos os direitos enunciados nesta Declaração. Estes direitos serão outorgados a todas as crianças, sem qualquer exceção, distinção ou discriminação por motivos de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de outra natureza, nacionalidade ou origem social, posição econômica, nascimento ou outra condição, seja inerente à própria criança ou à sua família (p. 1).

Não obstante ao direito da igualdade, o documento contempla a extensão desse direito, também, à especial atenção que a criança deve receber visando sua especial proteção e, para tanto, estabelece no Princípio II:

A criança gozará de proteção especial e disporá de oportunidade e serviços, a serem estabelecidos em lei por outros meios, de modo que possa desenvolver-se física, mental, moral, espiritual e socialmente de forma saudável e normal, assim como em condições de liberdade e dignidade. Ao promulgar leis com este fim, a consideração fundamental a que se atenderá será o interesse superior da criança (p. 1).

O direito à educação gratuita e ao lazer infantil também foi contemplado, estando estabelecido no Princípio VII o seguinte:

A criança tem direito a receber educação escolar, a qual será gratuita e obrigatória, ao menos nas etapas elementares. Dar-se-á à criança uma educação que favoreça sua cultura geral e lhe permita - em condições de igualdade de oportunidades - desenvolver suas aptidões e sua individualidade, seu senso de responsabilidade social e moral. Chegando a ser um membro útil à sociedade (p. 2).

Os estudos acerca da importância da criança para a sociedade, que serviram de base para a elaboração desse documento, foram tão aprofundados que até a importância do lúdico, por meio dos jogos e das brincadeiras, constam ainda do Princípio VII:

A criança **deve desfrutar plenamente de jogos e brincadeiras os quais deverão estar dirigidos para educação**; a sociedade e as autoridades públicas se esforçarão para promover o exercício deste direito (p. 3 grifo nosso).

Felizmente, mesmo que tardio, o governo brasileiro resolve voltar seu olhar à esses direitos que, desde 1924, já era do conhecimento mundial, tanto que o direito à educação, especificamente, se consolida em 1988, com a promulgação da Constituição Federal onde, no capítulo IV do art. 208 garante que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia da “[...]; IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; [...]” (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

Outra grande conquista foi a elaboração da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), feito exclusivamente para atender/preservar os direitos da criança. No contexto da educação, essa Lei vem corroborar com a CF/88 contudo, de forma mais específica onde, no Artigo 53 vem destacando que:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

O ECA (1990) chega com maiores particularidades para as crianças e para os adolescentes e de forma bem abrangente inclui, inclusive, os pais ou responsáveis, dando-lhes o direito de tomar ciência do processo pedagógico dos filhos e assim, ter garantido o direito, não mais a simples possibilidade de acompanhar a vida dos mesmos no ambiente escola, mas agora de participar efetivamente desse processo.

Até 1988 a criança brasileira com menos de 7 anos de idade não tinha direito à educação contudo, da mesma forma que foi inevitável a mudança do olhar para a criança com a evolução do contexto histórico, igualmente inevitável foi a percepção que, não bastava apenas perceber o direito, era necessário legalizar o direito. E isso foi feito. Nesse contexto, a educação infantil brasileira não está mais associada à política assistencialista, da visão exclusivamente assistencial, como se via no passado, mas passa a integrar a Política Nacional de Educação.

A educação infantil passa a ser vista não só como um momento educacional, mas sim como o primeiro e mais importante momento da construção do sujeito que a sociedade quer e, para tanto, mais uma Lei (Lei de Diretrizes e Bases, 9.394/1996) especifica essa temática na seção II, do capítulo II do art. 29, nos seguintes termos:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, **tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança** até os seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (grifo nosso).

Os direitos estavam legalmente assegurados, mas para concretizar ainda mais a educação básica a nível Nacional, surge a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) que, após várias audiências públicas envolvendo os mais diversos Estados da Federação até que, em 15/12/2017, procedeu ao voto do parecer final, tendo sido aprovada por 20 votos a favor com 3 contrários e, em 22/12/2017, foi publicada a resolução CNE/CP nº 2 que institui e orienta a BNCC a ser respeitada, **obrigatoriamente** (grifo nosso), ao longo da educação básica, excetuando, aí, o Ensino Médio, que seria objeto de deliberação posterior.

A BNCC (2018) é um documento elaborado para atender exclusivamente à educação escolar, pois “é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (p. 7). E como a proposta é “aprendizagens essenciais”, a educação Infantil ganha papel relevante nesse documento que, logo de início, reconhece o conceito de criança como:

sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, **brinca**, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2018 p. 1 grifo nosso).

A ideia do “brincar” aparece claramente na definição de criança da BNCC, e não para por aí. Ainda no Art. 9º do mesmo documento, são definidos os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dando ênfase não só à ludicidade, mas também da aprendizagem por meio da apropriação de conhecimento, ou seja, é a correlação do brincar com a escolarização:

os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica **são as interações e a brincadeira, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações** e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização. (BRASIL, 2018 p. 37, grifo nosso).

As “aprendizagens essenciais”, mencionada no parágrafo anterior, vem a ser os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dessa etapa da educação básica e compreende, especificamente:

tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, **sempre tomando as interações e a brincadeira** como eixos estruturantes” (BRASIL, 1998 p. 44, grifo nosso).

É direito da criança brincar e ser escolarizada e no âmbito escolar o ato de brincar e escolarizar deve vir, obrigatoriamente, por meio da ludicidade, que é o brincar intencional, com intencionalidade pedagógica e nesse sentido a BNCC (2018) não deixa dúvida da sua importância quando apresenta que:

É importante salientar que a organização das unidades temáticas se baseia na compreensão de que o caráter lúdico está presente em todas as práticas corporais, [...]. **Ao brincar, dançar, jogar, praticar esportes, ginásticas ou atividades de aventura, para além da ludicidade**, os estudantes se apropriam das lógicas intrínsecas (regras, códigos, rituais, sistemáticas de funcionamento, organização, táticas etc.) a essas manifestações, assim como trocam entre si e com a sociedade as representações e os significados que lhes são atribuídos. (p. 220 grifo nosso).

As questões legais acerca dos direitos da criança estão em vigor e, em certa medida, abarca todas as necessidades essenciais ao desenvolvimento integral das mesmas, mas, afirmar que são efetivamente praticadas com igualdade, em todo território nacional, já seria motivo para um novo estudo, o que não é o propósito deste.

1.3 O ENCONTRO DO EQUILÍBRIO ENTRE O REAL E O IMAGINÁRIO, LÚDICO EM JOGO: O BRINCAR

O brincar é o principal modo de expressão da infância e uma das atividades mais importantes para que a criança se constitua como sujeito da cultura. O desenvolvimento da criança acontece através do lúdico, ela precisa brincar para crescer.

O dicionário Michaelis (2012) define lúdico como “que se refere a jogos ou brinquedos, incluindo-se aí, os divertimentos, ou seja, as brincadeiras”. O lúdico é, portanto, o jogo, o brinquedo e as brincadeiras, contudo ele vai além do jogo, do brinquedo e das brincadeiras pois, se nos atermos tão e simplesmente ao conceito, estaríamos renegando o perfil mais importante da ludicidade que é justamente a emoção, a afetividade e o prazer.

O lúdico é metafísico, transcende a capacidade racional. Ele não é razão, pois seu entendimento deve ser sentido pela emoção e seu principal aliado é a imaginação. O lúdico precisa ser evidentemente vivido e não racionalizado. O lúdico se faz em si, ele é o brincar como um ato cultural, com espontaneidade, com um pano de fundo intencional, conforme esclarece Santos (2011, *apud* SÓEDUCADOR, 2004) ao afirmar que:

O brincar é uma atividade espontânea, natural e descomprometida de resultados [...], é a primeira conduta inteligente do ser humano. Quando a criança nasce, suas brincadeiras tornam-se tão essenciais como o sono e a alimentação. Portanto, na escola, a criança precisa continuar brincando para que seu desenvolvimento e crescimento físico, intelectual, afetivo e social possam evoluir e se associar à construção do conhecimento de si mesma, do outro e do mundo (p. 5).

O brincar é atividade fundamental para as crianças, tal como o sono e a alimentação e todo seu desenvolvimento global se dá por meio de aprender brincando e brincar para aprender e a escola precisa dar continuidade a esse processo que, naturalmente, ocorre no seio familiar. Não permitir que a criança brinque é como negá-la ao convívio social e, nesse sentido, Costa (2013, *apud* CRUZ, 2018) bem destaca que:

O brincar apresenta uma ação importante no desenvolvimento da criança, sobretudo na comunicação e nas condutas sociais. É ao brincar que a criança contacta com diversos objetos do dia-a-dia e experimenta determinadas tarefas e problemas do quotidiano que um dia terá de enfrentar. (p. 27).

É no brincar que a criança constrói e reconstrói seu mundo, suas representações e sua identidade. É no brincar que a criança aprende a socializar-se, a reconhecer-se e a reconhecer o outro. Essa é a relevância do brincar para o aspecto da construção social da criança. Piaget (1999) corrobora com essa ideia ao afirmar que brincando, a criança experimenta, descobre, inventa, aprende e confere habilidades; é brincando que elas desvendam o mundo, se comunicam e se inserem em um contexto social.

Nessa afirmativa, Piaget (1999) bem esclarece que por meio do brincar, as crianças são levadas ao imaginário, fazem planos e assim, tão espontaneamente, se apropriam de novos conhecimentos, pois ao brincar a criança atua, representa, cria, recria, mesmo que simbolicamente, as diversas situações do cotidiano do ser humano, da realidade vivida atribuindo, em certa medida, os devidos significados aos seus significantes construindo-se, ludicamente, para a vida e seus mais diversos desafios sem, no entanto, ter passado por tais situações.

Esse desenvolvimento, segundo a concepção de Piaget (1999), é a constante busca do equilíbrio superior onde o desequilíbrio, provocado pela apresentação de novos desafios, é superado pelo sujeito alcançando novamente o equilíbrio, ou seja, promoveu-se, dessa forma, o desenvolvimento desse sujeito; “é a assimilação (transformação do meio para que este se adapte às suas necessidades) e de acomodação (mudança de si mesma para adaptar-se ao meio), devendo ser sempre através do lúdico” (FIPED, 2012 p. 2).

E ainda sobre o desenvolvimento infantil Piaget (1999) classificou o período da primeira infância como aquele que abrange a idade de dois (02) a sete (07) anos como Período Pré-Operatório, indicando que a inteligência vem seguida de ações concretas ou reais:

Com o aparecimento da linguagem, as condutas são profundamente modificadas no aspecto afetivo e no intelectual. Além de todas as ações reais ou materiais que é capaz de efetuar, como no curso do período precedente, a

criança torna-se, graças à linguagem, capaz de reconstruir suas ações passadas sob forma de narrativas, e de antecipar suas ações futuras pela representação verbal. [...] isto é, uma interiorização da ação como tal, que, puramente perceptiva e motora que era até então, pode daí em diante se reconstruir no plano intuitivo das imagens e das “experiências mentais” (p. 24).

Entende-se, portanto, a real necessidade do brincar para as crianças e entende-se, especificamente, que na Educação Infantil, justamente a idade correlacionada ao período pré-operatório citado por Piaget (1999), o lúdico se revela como importante estratégia pedagógica a ser utilizada, a fim de promover o desenvolvimento e o crescimento dessas crianças em todos os aspectos, pois é exatamente a partir daí que a criança começa a associar o seu imaginário às ações concretas e a reproduzi-las. A ludicidade, portanto, na Educação Infantil, é a melhor estratégia para esse desenvolvimento.

1.4 VALOR CULTURAL QUE LEVA A SONHAR, AO PENSAR E AO REFLETIR: O BRINQUEDO E O JOGO

Já o brinquedo é apenas um acessório, um objeto que só terá existência na medida em que a ele for dado algum significado, algum sentido. Contudo se faz parte fundamental do ato de brincar podendo ser ou não utilizado para tal. Nesse contexto, Santos (2010, *apud* ABREU, 2013) alega o seguinte:

O brinquedo é um objeto material que carrega em seu contexto questões de ordem: **educacional**, porque o brinquedo educa; **pessoal**, porque a ação de brincar deixa sua marca na vida das pessoas; social, porque ele é o “presente” destinado à criança e, por isso, tornou-se uma atividade ritualizada entre pais e familiares; **psicológica**, porque, no brincar, as pessoas se revelam como são; **filosófica**, porque a atividade lúdica faz pensar, refletir e questionar sobre a origem das coisas; mística, porque o brincar tem um caráter mágico; **histórica**, porque através dos brinquedos pode-se descobrir o modo de brincar das crianças em épocas distantes; **econômica**, porque é um dos produtos mais vendidos no mundo. Tudo isso confere ao brinquedo um valor cultural (p. 26-27 grifo nosso).

O brinquedo por si só mais seria um artefato ingênuo e solitário. Mas ao passo que lhe é conferido algum sentido, algum significado, passa a ser um grande aliado dos educadores. Nesse caso, é a própria criança que dá o sentido e o significado ao objeto, é ela que vai fazer uso desse material solitário e “transformá-lo” em um brinquedo no momento em que, por exemplo, um cabo de vassoura se “transforma” em um cavalo ou mesmo um punhado de copos descartáveis passam a ser as suas panelinhas.

Qualquer objeto na mão de uma criança pode se transformar em um brinquedo e este em uma personagem ou mesmo em uma situação imaginária que, na sua dimensão simbólica, está sendo concretizado; como no exemplo utilizado, o cabo de vassoura passa a ser um cavalo e os copos descartáveis passa a ser um conjunto de panelinhas para fazer a comidinha. A ligação com o simbolismo acima mencionada, segundo Piaget (1971, *apud* FIPED 2012) nasce quando, ao brincar, a criança “consegue assimilar o mundo de seu jeito, pois a interação nasce da função atribuída ao objeto e não da natureza dele (p. 03).

Para alguns adultos, que ignoram a verdadeira função simbólica do brinquedo, até que pode continuar sendo um artefato solitário e sem valor, mas para a criança, com sua grande capacidade imaginativa que é peculiar dela, esse artefato ganha vida e interage, ensina, educa e desvenda.

A esse contexto o educador infantil deve ser capaz de aceitar e compreender as produções imaginativas dos seus alunos e perceber nelas a oportunidade de se fazer uma correlação com o ensinar/aprender, que implica em compartilhar com a criança suas brincadeiras, seus jogos e suas fantasias, motivando e participando delas.

A ludicidade, como propõe Santos (2010), deve ser encarada como uma necessidade na construção da criança devendo ser livre, mas não livre no sentido literal da palavra, mas livre no sentido da liberdade da expressão infantil, do fazer do jeito que ela sabe e quer fazer, mas com o devido planejamento, com a devida intencionalidade pedagógica, com o devido acompanhamento por parte do educador. Afinal não cabe ao educador apenas educar, é preciso também cuidar.

E nesse contexto até mesmo o jogo que, em sua maioria, tem por fim a busca do campeão, do vencedor, principado no ato da competitividade, características essas que destoam das características do brincar, pode entrar no contexto educativo para as crianças e ser realizado permeado de pura ludicidade bastando, para tanto, que este seja pensado, planejado e realizado não com a intencionalidade de se promover um campeão, mas que seja aplicado à este certa proposta pedagógica como, por exemplo, sem regras rígidas mas sim adaptadas, de preferência apresentadas pela própria criança; a motivação para a finalidade do jogo deve ser voltada principalmente para a participação e não para a competição.

Nos referimos, por exemplo, aos jogos de invasão (futebol, basquetebol, etc.) que, em certa medida, não são aplicados por alguns educadores por, em tese, confundirem o jogo com função pedagógica do jogo esportivo onde, esse último, privilegia o rendimento, a conquista, a supremacia; ou mesmo por não conseguir obter o domínio da turma durante essas atividades, ou simplesmente por não gostar de tais atividades.

O jogo não pode e não deve ser considerado um vilão na construção do sujeito, ele é um forte aliado e uma ótima estratégia para contribuir para essa construção. Nesse contexto, Brougère (1995, *apud* LIMA, 2014) nos esclarece que:

O jogo não é o fim, mas o meio de estudo, e a ocasião para perceber os comportamentos fundamentais. Este processo de diversificação metodológica, quando empregado de forma coerente, é de extrema valia, pois o que se espera do aluno é que ele construa estruturas mentais que o capacitem a atingir outros estágios formais e abstratos (p. 27).

No aspecto pedagógico a criança recria, reinventa o jogo, refaz as regras, dá uma nova roupagem e nesse processo vão assimilando regras, atitudes, comportamentos, etc. E novamente Piaget (1975) vai além ao afirmar que “o jogo é um meio poderoso para a aprendizagem tanto da leitura como do cálculo ou da ortografia” (p. 117).

Ler, escrever e calcular são habilidades indispensáveis ao sujeito e a educação infantil é o momento ideal para ingressar nessa dimensão. Os jogos e as brincadeiras promovem o movimento, este com intencionalidade, contribui para desenvolver alguns fatores motores imprescindíveis como coordenação motora ampla e fina, essenciais ao domínio da escrita. Contribuem, ainda, ao desenvolvimento de habilidades do pensamento como a interpretação, a tomada de decisão, a criatividade, levantamento de possibilidades, a obtenção e organização de dados quando obedecem às regras, quando vivenciam os enfrentamentos em uma competição, etc., tudo isso acontece quando as crianças estão jogando.

O jogo pedagógico, diferentemente do jogo esportivo, não contribui para o desenvolvimento da individualidade ou da rivalidade. Se bem elaborado pedagogicamente pelo educador torna-se uma poderosa ferramenta na construção de valores essenciais ao convívio social como tolerância, aceitação ao fracasso; nem sempre ganhamos na vida. Aprendizagem do trabalho em equipe; aprendizagem do cumprimento de regras, o que no contexto social, podemos fazer uma analogia com o cumprimento às Leis; etc.

O jogo, como alega Vasconcellos (2008),

Comporta uma narrativa da qual o jogador se vê obrigado a compartilhar ainda que inconscientemente. Todo jogo de boneca traz à luz as experiências familiares, toda amarelinha reflete sobre a trajetória da Terra ao Céu, [...]. o jogo de modo particular, integra os processos de construção de conhecimentos. Nele não é possível separar cognição e afeto e é esse caráter que faz dos jogos instrumentos tão importantes aos psicopedagogos e, sem dúvida, aos professores que percebem o processo de aprendizagem como algo que implica a totalidade do sujeito. Sujeitos que transformam o mundo por meio de esquemas de assimilação e também transformam a si mesmos em

função da realidade, por meio de processos de acomodação e identificação. (p. 53).

Nesse contexto, fica bem esclarecido que o jogo, pedagogicamente utilizado, contribui para a transformação do sujeito de forma a construir àquele que a sociedade quer. O jogo, portanto, todo tipo de jogo, seja de cooperação, de tabuleiro, de encaixe e outros sendo utilizados no viés da ludicidade não deve ser ignorado nem tampouco menosprezado pelos educadores que estão comprometidos com o desenvolvimento global da criança mas, sobretudo, valorizado e verdadeiramente implementado no âmbito da Educação Infantil pois ele, assim como as brincadeiras, constituem poderosas ferramentas pedagógicas que auxiliam o educador no desenvolvimento e escolarização das crianças.

1.5 NO QUINTAL, EM CASA, NA RUA, NAS PRAÇAS E NO ESPAÇO ESCOLAR: AS BRINCADEIRAS

Existe uma infinidade de brincadeiras que podem ser oferecidas às crianças em sala de aula que contribuem para o desenvolvimento infantil: massinha de modelar, brincadeiras com tintas, brincar de personagem, caixa de memórias, construindo seu próprio brinquedo reciclável e etc. Algumas necessitando de algum material específico, outras não necessitando de absolutamente nada bastando, tão somente, o senso criativo do educador.

Por definição, de acordo com o dicionário online, brincadeira é um substantivo feminino que propõe a ação de brincar cujos sinônimos são o divertimento, a diversão e o passatempo, portanto, estando diretamente relacionado ao mundo da criança e elas, as brincadeiras, assim como os jogos, são importantes e necessários ao processo constitutivo da criança e, nesse sentido, Kishimoto (1998) nos esclarece que as brincadeiras capacitam as crianças a desenvolverem habilidades importantes e essenciais como a atenção, a imitação, a memória, a socialização, o desenvolvimento de habilidades corporais, a experimentação de regras e papéis sociais. Habilidades estas julgadas imprescindíveis ao processo de desenvolvimento global da criança.

As brincadeiras promovidas no ambiente escolar, obedecendo a critérios especificamente pedagógicos, não só contribuem para o processo ensino-aprendizagem das crianças, mas também para processos de ordem pessoal, social e cultural e, ratificando essa afirmativa, Santos (1997, *apud* Abreu, 2013) esclarece que:

O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os precoces de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento (p. 30).

Vê-se, portanto, o papel fundamental da brincadeira tanto no desenvolvimento social quanto no cognitivo/afetivo das crianças e vê-se, também, a importância da escola e dos educadores, principalmente quando se trata da utilização por estes da ludicidade, na prática, em suas salas de aula.

Como dito anteriormente, a brincadeira é o mundo da criança, portanto nada mais justo proporcionar o desenvolvimento dessa criança levando em consideração o seu próprio mundo; proporcionar que ela aprenda e se desenvolva brincando, pois, a criança, ao brincar, não está preocupada nem mesmo pensando no resultado ou objetivo a ser atingido. Ela está, nesse momento, vivenciando seu próprio mundo. Mas o educador, esse sim deve estar voltado ao desenvolvimento e à aprendizagem dessa, ou seja, mesmo brincando que ela esteja aprendendo, e para tanto deve buscar estratégias que façam com que a brincadeira seja dirigida a esse objetivo e não constrangida, tolino-as do prazer e da alegria.

Toda atividade lúdica provoca estímulos nas pessoas, despertando seus sentidos, propiciando o desenvolvimento completo das suas funções cognitivas e a esse respeito Kishimoto (1995, *apud* SANT'ANNA, 2011, p. 30) alerta que: [...] “se quisermos aproveitar o potencial do brincar como recurso para o desenvolvimento infantil, não podemos contrariar sua natureza, que requer a busca do prazer, a alegria, a exploração livre e o não-constrangimento”.

O educador deve estar preparado para utilizar uma metodologia educativa que explore o potencial das brincadeiras voltadas ao desenvolvimento integral da criança, caso contrário poderá haver aprendizagem, mas de forma decorativa, no sentido do decorar, e não com efetivo significado para seu conhecimento.

Os jogos, os brinquedos e as brincadeiras carregam em si a magia do poder, mas carregando, intrinsecamente, o cotidiano da criança. Um simples pedaço de TNT teria o poder de “transformar” uma criança no super homem, que ela viu na TV; a confecção de um avião de papel ou de palitos de picolé teria o poder de “transformar” a criança em um piloto ou mesmo astronauta, personagens que a própria professora pode ter apresentado em sala; o empilhar de latas ou copos descartáveis teria o poder de “transformar” essa criança em engenheiro ou mesmo pedreiro, que poderia estar referenciando a profissão do pai, por exemplo. E por aí vamos brincando, imaginando e aprendendo.

CAPÍTULO 2: O MENINO É O DONO DO MUNDO E O MUNDO NÃO É MAIS QUE UMA BOLA PRAZEROSA DO LÚDICO: PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo buscamos abordar os procedimentos adotados desde o contexto da pesquisa até os procedimentos de análise dos dados, levando-se em consideração a natureza do problema.

2 METODOLOGIA

Neste capítulo buscamos abordar os procedimentos adotados desde o contexto da pesquisa até os procedimentos de análise dos dados, levando-se em consideração a natureza do problema.

2.1 CONTEXTO DA PESQUISA

A pesquisa tem como tema “O lúdico e sua importância na Educacional Infantil” tendo sido desenvolvido em um Centro Educacional Infantil (CEI), localizado no Município de Parintins-AM, situado no bairro Paulo Corrêa, área periférica da Cidade.

Sua estrutura de base é feita em alvenaria, aproximadamente meio metro do chão e sobre esta, até o telhado, em madeira, apresentando boa estrutura tanto física quanto administrativa, comportando uma secretaria, adjacente à esta, a sala da gestora, dois banheiros infantis (masculino e feminino), adaptados às necessidades das crianças, uma boa cozinha e duas áreas laterais, ao que foi identificado como varanda coberta, que circunda as salas de aula. Estas, são muito pequenas, possuindo, aproximadamente 12m².

O terreno e a construção pertencem a Igreja evangélica Assembleia de Deus; até o ano de 2002, ano de inauguração do CEI, funcionava uma igreja evangélica.

O Centro Educacional oferece o maternal, o I e o II períodos da educação infantil, abarcando crianças entre 03 e 05 anos. Alguns professores são concursados e outros contratados por tempo determinado pela Prefeitura Municipal existindo, assim, um acordo entre Prefeitura e Igreja para o funcionamento do Centro Educacional.

Convém destacar que o CEI possui oito (08) salas de aula; quatro (04) do lado direito e quatro (04) do lado esquerdo estando, na parte frontal da escola, as salas da administração. Das

oito (08) salas de aula, seis (06) são utilizadas para a atividade fim e duas (02) servindo de almoxarifado. As salas investigadas estão localizadas no corredor à direita e toda a escola é coberta possibilitando, assim, dois corredores laterais bem espaçosos o que, pelos funcionários, é considerado como “varandas cobertas”.

2.1.1 MÉTODO DE ABORDAGEM

Como esclarecimento do que venha a ser “método”, recorreremos ao que Marconi e Lakatos (2005) define como:

[...] um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (p. 83).

O método, portanto, é o caminho que o pesquisador irá trilhar a fim de alcançar seu objetivo com máxima eficiência e segurança e para tanto utilizamos do método de abordagem fenomenológico, pois segundo Gil (2008) a pesquisa fenomenológica parte do cotidiano, da compreensão do jeito de viver das pessoas:

:

O intento da fenomenologia é, pois, o de proporcionar a descrição direta da experiência tal como ela é, sem nenhuma consideração acerca de sua gênese psicológica e das experiências casuais que os especialistas podem dar. Para tanto, é necessário orientar-se ao que é dado diretamente à consciência, com a exclusão de tudo aquilo que pode modificá-lo, como o subjetivo do pesquisador e o objetivo que não é dado realmente no fenômeno considerado (p. 14).

Esse método, utilizado em pesquisas qualitativas, não é dedutivo nem indutivo, preocupa-se, portanto, com a descrição direta da experiência como ela é, existindo tantas quantas forem as interpretações, demonstrando que a realidade não é única, pois o sujeito é reconhecidamente importante no processo de construção do conhecimento (TRIVIÑOS, 1992).

O estudo se caracterizou de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, de cunho qualitativo interpretativo.

2.1.2 MÉTODO QUALITATIVO INTERPRETATIVO

O método qualitativo foi o utilizado no estudo por não se preocupar em generalizar os resultados, ele proporciona ao pesquisador reduzir a distância entre a teoria e os dados, pois compreenderá os acontecimentos pela sua descrição e interpretação, a partir da exploração de conceitos, atitudes, comportamentos, opiniões e atributos do universo pesquisado, avaliando aspectos emocionais e intencionais implícitos nas opiniões, tendo como característica a subjetividade. (CAUDURO, 2004).

O método interpretativo orienta a descrição e interpretação dos fenômenos sociais e se interessa pelos significados e intenções das ações humanas. (CAUDURO, 2004).

As duas abordagens se completam estando a serviço do objeto de pesquisa, com o objetivo de tirar o melhor possível, os saberes desejados, que no caso em questão foi a investigação de como o lúdico é trabalhado no CEI pesquisado.

2.1.3 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A pesquisa bibliográfica foi necessariamente utilizada pois consiste no pesquisador se aprofundar nos assuntos do seu interesse, assuntos esses já estudados e elaborados a fim de contribuir com o tema pesquisado, pois “[...] é toda bibliografia tornada pública, tais como: revistas, livros, jornais, artigos científicos ou até mesmo gravações em fita magnética”. (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 57).

Tal pesquisa foi de extrema importância para a construção do nosso referencial teórico.

2.1.4 PESQUISA DOCUMENTAL

Esse tipo de pesquisa se justificou pois foi um imprescindível complemento à pesquisa bibliográfica. Sua principal característica está no uso de fontes primárias, ou seja, “[...] a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina fontes primárias”. (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 69).

A pesquisa documental foi realizada por meio da análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) do CEI pesquisado, na busca da formalização do lúdico nesse documento, a fim de verificar a presença do lúdico e a sua forma de aplicação nas aulas.

2.1.5 PESQUISA DE CAMPO

Este tipo de pesquisa foi necessário para que o pesquisador tivesse condição de observar “in loco” os eventos e fenômenos que permeiam o objeto da pesquisa e, “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los”. (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 69).

A pesquisa de campo ocorreu da seguinte forma: em 10/03/2022, visitamos o CEI em questão a fim de solicitar da gestora a efetivação da pesquisa, o que foi autorizado pela mesma. Em 14/03/2022 teve início a pesquisa de campo, inicialmente com a visita às instalações do CEI e coleta de documentos (PPP).

Em 15/03/2022 iniciamos as observações na sala de aula nº 1 do II período turno matutino e entregamos os questionários às participantes, que nos foram restituídos em 18/03/2022. As observações na sala nº 1 foram até 31/03/2022. Em 01/04/2022 iniciamos as observações na sala nº 2 do II período do turno matutino, encerrando em 14/04/2022.

2.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para a realização da pesquisa, autorizado tanto pela escola quanto pelas professoras participantes, utilizamos os seguintes instrumentos: questionário e a observação não participante.

2.2.1 QUESTIONÁRIO

Consiste em um instrumento de coleta de dados que, “[...] constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador, objetivando levantar opiniões, crenças, sentimentos, [...]” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p 201).

Gil (1999, pg. 128-129), também esclarece que esse tipo de procedimento tem como vantagem atingir grande número de pessoas simultaneamente, não exige o treinamento específico para sua aplicação, garante o anonimato do entrevistado, não expõe o entrevistado à influência do pesquisador, obtém respostas mais rápidas e mais precisas.

Para esse estudo, utilizamos o questionário, constante no apêndice I, com seis (06) perguntas abertas a fim de que as participantes tivessem total liberdade de resposta, segundo

suas próprias crenças e convicções, a fim de conhecermos suas concepções acerca do lúdico na Educação Infantil, tendo sido aplicado em 15/03/2022 às duas professoras participantes e restituídos em 18/03/2022.

O tempo de arquivamento do conteúdo dos questionários será de seis meses, após esse período serão destruídos.

2.2.2 OBSERVAÇÃO NÃO PARTICIPANTE

Segundo GIL (2010, p. 100), “a observação é um dos principais elementos da pesquisa, pois possui papel de extrema importância na fase da coleta de dados, tendo como principal vantagem a direta percepção dos fatos, sem intermediação”.

Nesse estudo fizemos uso da observação não participante, pois “o pesquisador está em contato com o grupo pesquisado, mas não se envolve nas situações observadas” (MARCONI. LAKATOS, 2011, p. 78).

Pretendeu-se, com essa técnica de coleta de dados, ter real noção de como se deu a utilização do lúdico em sala de aula, se o que foi aplicado correspondeu ao que foi respondido pelas professoras no questionário.

As observações ocorreram na sala nº 1 de 15 a 31/03/2022 e na sala nº 2, de 01 a 14/04/2022. Todas as observações foram registradas em um caderno específico.

2.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

O Projeto Político Pedagógico (PPP) do CEI em questão foi conseguido, em formato digital, logo no primeiro dia da pesquisa de campo (15/03/2022), junto à secretária do Centro, possibilitando nossa leitura detalhada, a partir daí, para a futura análise.

2.4 PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DE DADOS

A fim de proceder à análise dos dados obtidos ao término da pesquisa, foi necessário efetuar uma leitura detalhada do Projeto Político Pedagógico (PPP) do CEI para averiguar se a prática pedagógica com o viés da ludicidade estaria contemplada nesse documento.

Procedimento idêntico se fez necessário nos questionários respondidos a fim de se fazer relação com as anotações do que fora observado em sala de aula, acerca de como se dá a aplicação do lúdico às crianças para, enfim, se chegar à uma verdade.

Tal procedimento foi elaborado a partir da concepção da triangulação dos dados ou materiais coletados, ao que Triviños (1987) destaca que essa técnica “tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo” (p. 138), onde o foco deve ser dirigido, em primeiro lugar, aos processos e produtos intrínsecos ao sujeito, como suas percepções; em seguida, aos elementos produzidos pelo meio que o sujeito está inserido, como o PPP do CEI e, por fim, aos Processos e Produtos originados pelo sujeito, como suas atividades práticas em sala de aula (TRIVIÑOS, 1987, p. 139).

2.5 SUJEITOS DA PESQUISA

O público-alvo foram duas professoras do II período matutino do CEI pesquisado, que responderam a um questionário contendo seis (06) perguntas abertas e, por não terem autorizado colocar seus nomes verdadeiros no trabalho, elencamos nomes das personagens “Mônica” e “Magali” para a professora da sala 1 e para a da sala 2, respectivamente, em homenagem ao desenho infantil Turma da Mônica.

A professora da sala 1, “Mônica”, possui o Curso Normal Superior com especialização em Psicomotricidade e Gestão Pública. Trabalha há onze (11) anos na Educação Infantil e há um (01) ano no CEI em questão.

A Professora da sala 2, “Magali”, possui graduação em Licenciatura em Pedagogia pela UEA (2015), com especialização em Gestão e Coordenação Pedagógica. Trabalha com a Educação Infantil Há 18 anos, todos no CEI investigado.

Ambas foram admitidas por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS) da Prefeitura Municipal de Parintins-AM. e, igualmente, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordando na participação da pesquisa.

2.5.1 CRITÉRIOS PARA A ESCOLHA DOS PARTICIPANTES

Como critérios para a pesquisa, as participantes deveriam ser voluntárias e com formação na área da Pedagogia ou equivalente, assinando o documento pertinente.

Em 10/03/2022, durante nossa visita ao CEI, buscamos conversar com as professoras presentes, apresentando o teor da pesquisa e solicitando a participação de duas voluntárias que preenchessem os requisitos necessários e que fossem, preferencialmente, do turno matutino. Após certo consenso, duas das oito professoras aceitaram nosso convite.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para melhor compreensão da concepção que o CEI investigado dá a importância do lúdico na Educação Infantil, objetivando ao desenvolvimento global das crianças, apresentamos neste capítulo a análise dos dados obtidos bem como a discussão acerca dos resultados alcançados a partir da análise do Projeto Político Pedagógico (PPP), das respostas ao questionário pelas professoras entrevistadas e pelas observações feitas nas salas de aula.

A partir dos dados coletados organizamos as seguintes categorias:

- Como estão estabelecidas as atividades lúdicas no PPP do CEI investigado;
- Concepções das professoras acerca da importância do lúdico em sala de aula; e
- As atividades lúdicas aplicadas em sala de aula.

3.1 COMO ESTÃO ESTABELECIDAS AS ATIVIDADES LÚDICAS NO PPP DO CEI INVESTIGADO

Esta categoria se faz necessária para a compreensão desta temática, pois a consideramos o ponto de partida para entendermos sobre a importância que a instituição dá ao lúdico.

O PPP do CEI, datado de 2017, contempla a obrigatoriedade do uso da proposta pedagógica com o viés da ludicidade nas atividades, evidenciando o entendimento por parte da Instituição sobre a importância desse viés ao desenvolvimento global da criança. Tal constatação está registrada no seu PPP (2017) da seguinte forma:

[...] priorizando as múltiplas linguagens, fazendo suscitar uma nova ótica de conhecimento, que é desenvolvido por meio dos jogos, **das brincadeiras**, de oficinas de leituras e de artes, da escrita, do movimento corporal, das trocas sociais e de projetos. Trabalhando as diferentes linguagens para aprendizagem das crianças e a construção de novos saberes, abrindo caminhos para a autonomia e a exploração de significados, como: o brincar, o afeto, a motricidade, a linguagem, a percepção, a representação, a memória e outras funções cognitivas da criança que são conectadas, favorecendo um equilíbrio que contribui para o processo de apropriação dos signos sociais (p. 37, grifo nosso).

O PPP do CEI apresenta grande preocupação e reconhece a importância da utilização do lúdico como recurso pedagógico a ser empregado pelos educadores para o desenvolvimento infantil, orientando ao educador o uso dos jogos e das brincadeiras para as crianças e, Piaget (1989, *apud* SÓ EDUCADOR, 2004), vem reforçando essa ideia ao declarar que “a atividade

lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais da criança, sendo, por isso, indispensável à prática educativa” (p. 30). Ademais, a própria Legislação por meio, por exemplo, da BNCC (2018) vem esclarecer que “são as interações e as brincadeiras experiências imprescindíveis nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações” (p. 37).

E mais, não obstante à construção do sujeito nas dimensões física, social e cultural, por meio da ludicidade, o CEI ainda apresenta grande preocupação com o cuidar dos pequenos ao proclamar em seu Projeto Político (2017) seu entendimento do que é ser criança:

Entendemos a criança como um ser completo, com suas próprias características, um ser que se constrói, constrói sua cidadania e, neste processo, precisa *ser criança*, precisa ter tempo para brincar, tempo para poder ser criança. Dessa maneira, ela precisa ser compreendida como um ser complexo e contextualizado frente à realidade em que vive. Reafirma-se, assim, a concepção de criança como cidadã, como sujeito histórico, criador de cultura. Assim, este Centro proporciona condições para que a criança se desenvolva plenamente em seus aspectos psicológico, social e afetivo (p. 25).

O desenvolver plenamente em seus aspectos psicológicos, social e afetivo está diretamente relacionado ao cuidado especial que requer a criança para que haja esse desenvolvimento, como declarado no Princípio I da Declaração Universal dos Direitos da Criança (1924), pois educar não pode estar dissociado de cuidar e vice-versa.

A criança necessita se sentir segura e tranquila para que o aprendizado aconteça e se o educar da criança perpassa pelas características lúdicas, pois seu mundo é brincar, o CEI investigado demonstra, por meio do seu PPP (2017), grande preocupação nesse quesito, pois destaca que “para o desenvolvimento e uma aprendizagem significativa, deverá ser proporcionado um ambiente de afetividade e de segurança” (p. 41). Nesse contexto, o CEI se preocupa em proporcionar esse cuidar para que a criança possa se construir brincando, ao reconhecer que a criança precisa ser criança, precisa brincar e tempo para brincar para que haja seu desenvolvimento global.

A preocupação tanto com o direito quanto com as necessidades da criança voltada ao seu desenvolvimento é digna de registro, tanto que o CEI reconhece que a criança precisa, dentre outras coisas, do espaço apropriado para que esse desenvolvimento ocorra de forma satisfatória e reconhece algumas de suas limitações, pois afirma em seu próprio PPP (2017):

[...], os espaços físicos das salas de aula são inadequados, mas não impede que o professor organize esse espaço de forma que desenvolva as atividades pedagógicas com qualidade [...] (p.28).

É uma realidade. Constatamos que as salas de aula são pequenas e inadequadas além de, em momentos de chuva forte, o CEI ficar praticamente inacessível. Porém, a instituição reconhece essa fragilidade e dá opções ao educador que vai desde o fortalecimento da ideia que isso não deve servir de justificativa para não fazer uso das brincadeiras, bem como da oportunidade de se usar, a seu critério, as varandas laterais cobertas para aplicação de atividades lúdicas que requeiram mais espaço devendo, o professor, pensar (planejar) estratégias de forma a estruturar o campo das brincadeiras.

Nesse contexto o próprio RCNEI (1998), orienta que o adulto, na figura do professor, deve mostrar habilidade e criatividade para a consecução das atividades:

É o adulto, na figura do professor, portanto, que, na instituição infantil, ajuda a estruturar o campo das brincadeiras na vida das crianças. Consequentemente é ele que organiza sua base estrutural, por meio da oferta de determinados objetos, fantasias, brinquedos ou jogos, **da delimitação e arranjo dos espaços e do tempo para brincar** (p. 28, grifo nosso).

Portanto, o próprio PPP do CEI, implicitamente, indica que o argumento de que não tem espaço para proporcionar a ludicidade por meio de jogos e brincadeiras não cabe como justificativa para não o fazer bastando, apenas, que se planeje adequadamente.

3.2 AS CONCEPÇÕES DAS PROFESSORAS ACERCA DA IMPORTÂNCIA DO LÚDICO EM SALA DE AULA

Consideramos esta segunda categoria como parte fundamental e de extrema necessidade para a consecução da pesquisa, a fim de entendermos sobre a importância que cada professora dá ao lúdico. Pois, a depender das concepções que as professoras construíram em seus anos de magistério acerca da utilização do lúdico em sala de aula, elas o utilizarão com maior ou menor frequência em suas aulas.

Diante disso, iniciamos nossos estudos questionando sobre a importância do lúdico no processo ensino/aprendizagem dos alunos.

“Pra mim é muito importante, pois contribui como um exercício de concentração, atenção e na produção do conhecimento, além de tornar uma aula prazerosa e significativa na aprendizagem da criança”. (Magali)

“Facilita no ensino/aprendizagem das crianças”. (Mônica)

As professoras participantes deste estudo demonstraram ter uma concepção favorável na utilização do lúdico em sala de aula. Podemos observar que elas reconhecem que o lúdico se faz importante na Educação Infantil. A professora “Magali” foi mais abrangente, apresentando vários elementos sobre a importância do lúdico. O primeiro que ela cita é o poder de trabalhar a atenção e a concentração de seus alunos.

As atividades lúdicas têm esse poder de atrair a atenção, pois são atividades que apresentam recursos audiovisuais e materiais concretos além de despertar a atenção, também exige concentração dos alunos, exercícios mentais que esses vão realizando inconscientemente e, paralelamente, desenvolvendo habilidades importantes.

E o melhor disso é que não é o professor que exige, mas o próprio recurso/atividade que desperta intrinsecamente essa concentração dos alunos. Eles entram em um estado de atenção/concentração para compreender um jogo ou uma atividade, por exemplo, que por muitas vezes pode-se observar os alunos cobrando de seus colegas que prestem atenção para eles possam compreender como se joga um jogo ou com se faz uma determinada brincadeira.

Outro elemento que a professora “Magali” menciona é a importância do lúdico na produção de conhecimento, pois ele tem o poder de ***“transformar uma aula de qualquer conteúdo em uma aula prazerosa e significativa”*** para aprendizagem da criança.

Corroborando com isso, a professora “Mônica” sintetiza que ***“o lúdico facilita o processo de ensino/aprendizagem”***. Nestas poucas palavras ela nos diz que o lúdico facilita o trabalho do professor, fica mais fácil ensinar, da mesma forma que fica muito, mas muito mais fácil aprender e tal ideia converge com o pensamento de Costa (2011, *apud* SÓ EDUCADOR, 2004) ao nos apresentar um panorama acerca do brincar:

O brincar é uma atividade espontânea, natural e descomprometida de resultados [...], é a primeira conduta inteligente do ser humano. Quando a criança nasce, ***suas brincadeiras tornam-se tão essenciais como o sono e a alimentação***. Portanto, ***na escola, a criança precisa continuar brincando*** para que seu desenvolvimento e crescimento físico, intelectual, afetivo e social possam evoluir e se associar à construção do conhecimento de si mesma, do outro e do mundo (p. 5, grifo nosso).

Ele é, além disso, obrigatório nessa etapa escolar, pois as aprendizagens essenciais, definidas na BNCC (2018), vem a ser justamente os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dessa etapa da educação básica e compreende, especificamente, “tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagem

e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, **sempre tomando as interações e a brincadeira** como eixos estruturantes” (BRASIL, 2018, p. 44 grifo nosso).

É um direito constituído a criança brincar e é um dever, também constituído, do educador proporcionar momentos em sala de aula para que isso aconteça.

Inúmeros estudos acerca do brincar na Educação Infantil apresentam não só sua importância como os benefícios voltados ao desenvolvimento físico, cognitivo, social e cultural, mas apresentam, também, os benefícios voltados ao ensino e aprendizagem escolar.

Entende-se, portanto, que o brincar, além de um direito, é uma necessidade da criança. Para tanto, o brincar pedagógico deve vir permeado de requisitos próprios como, por exemplo, que o educador contemple esse brincar com a intencionalidade real, “nem tão larga que dispense o educador, dando margem às práticas educativas espontaneístas que sacralizam o ato de brincar, nem tão rígida que deixa de serem brincadeiras” (FORTUNA, 2003, *Apud* BUENO, 2010).

3.3 ATIVIDADES LÚDICAS EM SALA DE AULA

Esta categoria foi de extrema importância e se fez necessária, pois pudemos investigar “in loco” as atividades lúdicas desenvolvidas pelas professoras em sala de aula, a fim de se fazer relação com suas falas, mediante suas respostas ao questionário. Mas, antes da análise propriamente dita, faremos um breve contexto abordando alguns aspectos considerados relevantes para, enfim, proceder à uma análise mais consistente.

Durante as observações constatamos que as salas de aula são bem pequenas, com aproximadamente 12m², o que corresponderia a menos de 1m² por criança, haja vista terem dezoito (18) crianças na sala 1 e dezesseis (16) na sala 2.

Ambas possuem um pequeno armário onde são guardados os pertences da professora, algum material didático como livros, pincel atômico, papel A4, tintas, lápis de cera, etc. Os materiais maiores como jogos de encaixe, bambolês, bolas, boliches e outros, são guardados em uma das salas tidas como almoxarifado.

Durante as observações na sala 1, constatamos certa rotina. As crianças são recebidas pela professora na entrada da escola cuja entrada é às 7h, com tolerância de 15 minutos. Após esse tempo a professora conduz, de forma bem organizada, as crianças para a sala e lá, elas penduram suas mochilas nos ganchos correspondentes à cada criança, pois são identificados com seus nomes e, a seguir, são convidadas a ocuparem seus lugares, procedendo à verificação, enviando tal informação para a merendeira.

Logo em seguida ocorre o momento da oração; por ser a Igreja Assembleia de Deus a dona do terreno e da construção e por meio de uma parceria com a Prefeitura Municipal, os funcionários que ali trabalham normalmente são “indicados” pelo Pastor Presidente para comporem o quadro de funcionários, o que ocorre com 100% dos professores, inclusive com a gestora. Contudo, todos precisam ser aprovados no Processo Seletivo organizado pela Prefeitura Municipal.

O primeiro fato interessante observado foi justamente o lugar que as crianças penduram suas mochilas; um gancho identificado com seus nomes, demonstrando que, com essa pequena ação, existe a preocupação do alfabetizar, pois as crianças vão se familiarizando com as letras dos seus nomes, com o formato, a posição e a disposição das letras (da esquerda para a direita), construindo, assim, o sentido da escrita e da leitura. Daí a importância de expor a criança às mais variadas experiências (os ganchos identificados, os cartazes nas paredes, etc.), pois como afirma Piaget (1999), as crianças na fase pré-operatória, ao que abrange a idade de 02 a 07 anos, necessitam de ambientes estimulantes, de práticas educativas estimulantes, da exploração de objetos diversificados, etc, pois tudo isso vai despertar a curiosidade e o interesse da criança em saber mais e, assim, assimilam e acomodam, consolidando a aprendizagem.

Em relação às atividades lúdicas por meio dos jogos e das brincadeiras, foi observado na sala 1 que a maioria das atividades propostas eram o desenho, a pintura, a contação de histórias, os jogos de encaixe, de memória e a exposição de desenhos (evangélicos) por meio de vídeos. As crianças eram motivadas pela professora “Mônica” a permanecerem sentadas, pouco levantavam. Contudo, observou-se certa “liberdade” para uma criança conversar com a outra ao seu lado, mas se o tom de voz subisse, era motivada a falar mais baixo e retornar à tarefa.

Durante as observações na sala 1, não foi confeccionado nenhum brinquedo e na sua grande maioria as atividades eram realizadas por meio de impressos e/ou xerográficos.

A esse respeito, percebemos que as crianças da sala da professora “Mônica” pouco brincam, mas executam as tarefas determinadas pela professora. E, ainda a esse respeito, vem a concepção de que esta conhece, teoricamente, as bases da importância do brincar e do jogar na Educação Infantil, levando em consideração suas respostas no questionário, porém sua didática mais se aproxima ao ato do alfabetizar/escolarizar que preparar o indivíduo para a futura escolarização.

Tal fato poderia ter inúmeras explicações como, por exemplo, a professora mencionada ter em mente a prioridade na alfabetização no II período da Educação Infantil, haja vista a Lei nº 11.114/2006 (Art. 6º) vir determinando que os menores, a partir dos seis (06) anos de idade,

devem ser matriculados no Ensino Fundamental, extinguindo o antigo III período que, em tese, seria o momento do início da alfabetização.

Outro fator que poderia explicar tal conduta são que os jogos e brincadeiras possuem características próprias; ensinar, desenvolver habilidades e avaliativo. O bingo de letras, por exemplo, é um jogo avaliativo que, em sala de aula, após determinadas brincadeiras, o educador aplicaria tal jogo no intuito de avaliar os conhecimentos apreendidos. É possível que a professora “Mônica”, em sua trajetória na docência infantil, tenha, por descuido ou mesmo falta de conhecimento, aplicado jogos avaliativos ao invés do destinado ao ensinar, obtendo, assim, a concepção de que os jogos e as brincadeiras, em geral, não são tão úteis para alfabetizar.

Mas essas análises são apenas suposições que poderiam ser mais aprofundadas em outros estudos.

A esse contexto cabe esclarecer que o brincar é atividade fundamental para as crianças, para que tenham possibilidade de se atingir um grau de desenvolvimento satisfatório e Costa (2013, *apud* CRUZ 2018, p. 27), bem coloca que “O brincar apresenta uma ação importante no desenvolvimento integral da criança, sobretudo na comunicação e nas condutas sociais. É no brincar que a criança contacta com diversos objetos do dia-a-dia experimenta determinadas tarefas e problemas do quotidiano que um dia terá que enfrentar.”

Piaget (1999) contribui com essa questão ao afirmar que as atividades lúdicas envolvem a criança desde o nascimento, pois é um impulso natural dela, é inato, fazendo parte do seu repertório lúdico-cultural, mas persiste a ideia de ser pouco reconhecida como um facilitador da aprendizagem por alguns educadores.

Entendemos que a Educação Infantil é o momento ideal para proporcionarmos o desenvolvimento de habilidades essenciais (tanto motoras quanto cognitivas) para que, com o amadurecimento do sujeito, este tenha condição de desenvolver habilidades necessárias. Entendemos, ainda, que um desses “problemas futuros” mencionados na citação acima será, efetivamente, o aprendizado da leitura e da escrita, habilidades essenciais (mas não as únicas) para o sujeito conquistar sua cidadania e se constituir um sujeito social.

Na sala da professora “Magali” ocorre, igualmente, a mesma rotina matinal com as crianças. Recepção, condução para a sala, guarda do material, verificação dos faltosos e oração. Porém, foi observado grande diferença da didática e da metodologia utilizada em relação ao observado na sala 1.

Assim que terminam a oração a professora “Magali” convoca os alunos a cantarem (musiquinha religiosa) e os incentiva a ficar em pé, a baterem palmas eles próprios e uns com os outros, enquanto durar a musiquinha. Foi perceptível que tal dinâmica produz uma atmosfera

verdadeiramente lúdica na sala que até a professora participa. Observou-se, também, a integração dos alunos e o sorriso em seus rostos bem como a liberdade, muito bem controlada, que eles tinham de percorrer por toda a sala para ter contato com um coleguinha que estava um pouco mais distante.

Todos os dias de observação na sala 2 foi realizada a musiquinha. Isso demonstra a importância que a professora “Magali” dá ao lúdico, corroborando com o que foi respondido em seu questionário alegando que *“As atividades lúdicas produzem na criança o desenvolvimento de várias habilidades como: prazer, adaptação ao convívio escolar, estimulação intelectual, harmonia, autonomia e outros e eu aproveito e brinco junto”*.

Com essa afirmativa, a professora demonstrou que existe grande preocupação da sua parte de proporcionar a interação dos seus alunos ao permitir, de forma organizada, que brinquem uns com os outros e até mesmo com ela:

Os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica **são as interações e a brincadeira, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos**, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização. (BRASIL, 2010 p. 37, grifo nosso).

Foi observado a utilização de vários recursos a fim de promover atividades aos alunos da sala 2; jogos de encaixe, pintura, massinha de modelar, brincadeira da estátua, recortes, colorir, entre outras. Mas o que mais chamou a atenção foi o fato de a professora “Magali” conduzir seus alunos para a varanda coberta (corredor em frente a sala de aula), por duas vezes durante os dias de observação nessa sala, a fim de proporcionar as brincadeiras de corrida e manja-pegas (esse nome nos foi dito pela própria professora), que consiste em eleger uma criança como aquela que deverá tocar (pegar) outra, e esta se unir à primeira para pegar as demais, até que todas sejam tocadas (pegas).

A professora demonstrou preocupação com a segurança das crianças tanto que, antes de saírem da sala, foi solicitado às auxiliares de serviços gerais que fossem retirados alguns objetos (vasos de planta e cadeiras) que estavam no local.

A brincadeira transcorreu em um ambiente seguro e controlado e pudemos perceber vários fatores emocionais sendo trabalhados como: a familiarização com o professor; a demonstração de segurança com relação aos comandos propostos pela Professora (*“tem que ir e voltar; cuidado com o coleguinha; eu te ajudo a levantar; vamos lá, não pode parar”*, etc.);

a demonstração do prazer; a demonstração da atenção e da concentração; a cooperação; a integração.

Percebemos, também, a relação da brincadeira com o desenvolvimento de alguns quesitos motores: consciência corporal; lateralidade; organização espacial e temporal; equilíbrio e outros. E não menos importantes pudemos também elencar alguns estímulos cognitivos desenvolvidos: estímulo da função simbólica (fantasia/realidade); a própria linguagem oral; a perfeita compreensão da atividade. A criança que participa de atividades lúdicas, como afirma Kishimoto (2011), conquista novos conhecimentos e desenvolve várias habilidades essenciais, acima citadas, por exemplo, de forma natural, espontânea, agradável e prazerosa que gera, inconscientemente, grande vontade de aprender.

Cabe ressaltar que a professora “Magali” possui graduação em Pedagogia com especialização em Coordenação Pedagógica, indicando que suas atividades são pensadas de forma a proporcionar o desenvolvimento integral da criança nos seus aspectos motor, afetivos e cognitivos, corroborando com suas concepções construídas em seus anos de magistério/aperfeiçoamento acerca da utilização do lúdico em sala de aula, refletido nas suas respostas dadas no questionário bem como nas suas ações em sala de aula.

A criança precisa brincar para crescer e crescer brincando, esse é o seu mundo e, para tanto, o educador da Educação Infantil deve proporcionar as mais variadas experiências possíveis, de forma segura, em um ambiente controlado, com atividades planejadas e com intencionalidade construtiva, pois “A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social [...]” (BRASIL, 1996, p. 29).

Mesmo que haja a necessidade de alfabetizar a criança do II período, o lúdico não deve ser abolido ou mesmo subestimado nem tampouco negligenciado, pois ele carrega em si aspectos educativos que transcendem a razão; ele te faz feliz, ele te ajuda a fazer amigos, ele te carrega para outra dimensão; ele EDUCA; ele ESCOLARIZA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construir uma monografia não é uma tarefa considerada simples. Requer dedicação, entusiasmo, engajamento, compromisso, ética e, não menos importante, uma boa orientação. E todos esses requisitos foram cumpridos contribuindo, assim, para a consecução deste trabalho.

Os caminhos que traçamos nos levaram à compreensão de que o lúdico tem sua importância e obrigatoriedade para as crianças, especificamente no contexto da Educação Infantil compreendendo, num sentido mais amplo, seu direito. Direito, esse, que surge mundialmente em 1924 com a Declaração Universal dos Direitos da Criança, perfazendo um longo caminho para que, enfim, a partir da década de 1980, o Brasil reconhecer e Legislar sobre esse tema.

Houve um aprofundamento sobre os aspectos que envolvem a criança e a ludicidade por parte de estudiosos da área como Piaget, Bougère, Kishimoto e outros, além de trazermos as Leis como a Constituição Federal, o RCNEI, o DCNEI, o ECA, a própria BNCC e outras que amparam os pressupostos requeridos no processo de educação escolar infantil e a compreensão da importância do lúdico na vida da criança, especificamente as da Educação Infantil. Uma trajetória que nos serviu como base teórica para nos aprofundarmos na investigação.

O objetivo desta pesquisa foi investigar como o lúdico é trabalhado em duas turmas do II período da Educação Infantil, turno matutino, em um CEI do Município de Parintins-AM., e não encontramos dificuldade alguma para a realização do trabalho.

Para alcançarmos uma compreensão sobre essa realidade, definimos três objetivos específicos, os quais conseguimos alcançar. O primeiro foi analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) a fim de se averiguar se o lúdico fazia parte da proposta pedagógica da Instituição; o segundo foi também averiguar, junto as professoras participantes, quais suas concepções acerca da importância do lúdico na Educação Infantil; e o terceiro e último foi constatar quais atividades lúdicas as professoras utilizam em sala.

Descobrimos por meio dos questionamentos às professoras “Mônica” e “Magali” que ambas possuem grande conhecimento teórico acerca da importância do lúdico em sala de aula, visando ao desenvolvimento integral do sujeito nos seus aspectos físicos, social, intelectual e cultural. Porém, em desacordo com o que observamos, a professora “Mônica” faz uso dos jogos e de algumas brincadeiras sem o envolvimento do aspecto lúdico e, em se tratando de pressupostos necessários e obrigatórios à criança, conforme abarca a literatura pesquisada, concluímos que os alunos da sala 1, correspondente à professora “Mônica”, pouco brincam,

pois constatamos a ausência da ludicidade nas suas aulas o que proporcionava um ambiente pouco prazeroso, pouco alegre, pouco afetivo e de certa forma entediante.

Diferentemente do observado nas aulas da professora “Magali” que em todos os momentos a ludicidade estava presente, o que proporcionava uma atmosfera bem alegre e descontraída. Tal atmosfera se traduzia nos sorrisos estampados no rosto das crianças e pelo envolvimento e dedicação na realização das atividades/tarefas apresentadas.

Conjecturando, tal procedimento adotado pela professora “Mônica” poderia ter inúmeras explicações como, por exemplo, esta ter em mente a prioridade na alfabetização no II período da Educação Infantil, haja vista a Lei nº 11.114/2006 (Art. 6º) vir determinando que os menores, a partir dos seis (06) anos de idade, devem ser matriculados no Ensino Fundamental, extinguindo o antigo III período que, em tese, seria o momento do início da alfabetização.

Outro fator que poderia explicar tal conduta é que os jogos e brincadeiras possuem características próprias: ensinar, desenvolver habilidades e avaliar. O bingo de letras, por exemplo, é um jogo avaliativo que, em sala de aula, após determinadas brincadeiras, o educador o aplicaria no intuito de se avaliar os conhecimentos apreendidos. É possível que a professora “Mônica”, em sua trajetória na docência infantil tenha, por descuido ou mesmo por falta de conhecimento, aplicado jogos avaliativos ao invés do destinado a ensinar formando, assim, a concepção equivocada de que os jogos e as brincadeiras, em geral, não são tão úteis para alfabetizar, daí sua aparente aversão a estes.

São apenas conjecturas que, como sugestão, requer a intervenção da Coordenação Pedagógica do CEI a fim de reposicionar e/ou reapresentar as reais intencionalidades dos jogos e brincadeiras bem como suas características educacionais (ensinar, desenvolver habilidades e avaliar).

Como estratégias de ensino e parafraseando Piaget (1999), a criança não apenas necessita brincar, é seu direito brincar pois, brincando, a criança experimenta, descobre, inventa, aprende e confere habilidades; é brincando que elas desvendam o mundo, se comunicam e se inserem em um contexto social e isso virá a contribuir para a formação integral desses sujeitos.

Em relação ao espaço considerado inadequado e como sugestão (contribuição) o CEI, por meio da gestora, amparado por parecer da Coordenadora pedagógica, endossado pelas professoras e juntamente com a comunidade, poderiam buscar junto a Igreja Assembleia de Deus, por meio do Pastor Presidente, a revitalização e a construção de uma quadra coberta no próprio terreno da escola, que apresenta espaço suficiente para tal empreendimento, haja vista

o terreno e a construção não pertencerem ao Setor Público e, assim, não podendo fazer uso de recursos públicos em propriedades privadas.

Essa quadra possibilitaria a prática de várias atividades de forma segura e controlada e seria útil para vários fatores: as crianças em sala de aula não desviariam suas atenções pela movimentação nos corredores (as varandas cobertas); a quadra poderia ser utilizada, também, para eventos e reuniões, inclusive da própria igreja; poderia ser uma fonte de recursos ao ser alugada para a comunidade, quando disponíveis, para a prática de esportes e/ou eventos; etc.

Outra sugestão para o CEI seria a utilização da parte frontal da Instituição, que apresenta espaço suficiente para que as crianças possam executar atividades a fim de desenvolverem melhor suas percepções espaciais, coordenação motora ampla, lateralidade, além de proporcionar movimentos mais dinâmicos como correr, saltar, etc. evitando, dessa forma, o uso dos corredores laterais (varandas cobertas) que podem atrapalhar as outras turmas quando em sala de aula podendo, inclusive, solicitar à SEMED um Educador Físico para que essas aulas sejam ofertadas por profissional da área, o que favoreceria, e muito, o desenvolvimento das habilidades acima citadas, dentre outras.

Outra alternativa seria o CEI montar um calendário adequado e negociar, por meio de parceria com a UFAM/Parintins, por exemplo, a possibilidade de um Educador Físico estar na Instituição a fim de contribuir com o desenvolvimento dos alunos e, paralelamente, também com os professores, proporcionando, inclusive, seções de ginástica laboral a estes, o que proporcionaria alívio do estresse laboral, melhora no relacionamento interpessoal e todos os demais benefícios que a ginástica laboral consegue proporcionar.

E para o CESP-UEA, Instituição que em breve me desvincularei como acadêmico do Curso de Pedagogia, deixo como sugestão que reflitam na possibilidade de incluir no seu PPC uma disciplina voltada à Educação Física, especificamente a Educação Física destinada à Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, pois possuem características próprias para estas etapas educacionais.

Com isso, a pesquisa vem responder que o lúdico na Educação Infantil por meio dos jogos, das brincadeiras e dos brinquedos é importante e se faz necessário e obrigatório diante de toda argumentação apresentada no decorrer da mesma e que o CEI investigado compreende, por meio dos registros no seu PPP, essa importância e o julga igualmente necessário e obrigatório.

Por fim, com o aprofundamento nesta pesquisa surgiram possibilidades de investigações futuras a fim de serem propostas como temáticas relevantes com intuito de contribuir com a sociedade em geral e com a comunidade científica. Sugerimos, portanto, estudos semelhantes

a este em instituições do Ensino Fundamental, especificamente do 1º ao 5º ano, etapa diretamente afeta aos Pedagogos; estudos acerca das características dos jogos (ensinar, desenvolver habilidades e avaliar) e, por fim, especificamente, investigação acerca do perfil do professor-pedagogo infantil.

Tais temas podem parecer desafiadores, mas é em prol de uma Educação melhor para as crianças, para a sociedade e para o País.

REFERÊNCIAS

ABREU, P. L. de. **O lúdico na educação infantil como facilitador de aprendizagem.** Monografia de graduação – UnB-FE. 2013.

ÁRIES, P. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: zahar, 1978.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Resolução 01/99.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Câmara de Educação Básica, Brasília, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil.** Brasília, 2010.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei 8.069/90, Brasília, 1990

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação.** Lei 9.336/96, Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Volume 1: Introdução. Brasília, 1998.

BROUGÈRE, G. **Brinquedo e cultura.** São Paulo: Cortez, 1995.

BUENO, E. **Jogos e brincadeiras na Educação Infantil:** ensinando de forma lúdica. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2010.

CAUDURU, M. T. **Investigação em Educação Física e Esportes:** um novo olhar pela pesquisa qualitativa. Rio grande do Sul: Feevale, 2004.

CRUZ, D. P. da. **A importância do brincar na Educação Infantil** – Pré Escola. Monografia de graduação – Polo Cavalcante GO – Curso de Pedagogia. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** Ed 4. São Paulo. Atlas. 2009.

HERMIDA, J. F. **O jogo simbólico na primeira infância.** In: Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física – ISSN 2175-8093 – Vol. 1, n. 1, p.176-192, Agosto/2009. Disponível em: www.boletimef.org/.../Jogo-simbolico-na-primeira-infancia. Acesso em 04/02/2022.

FIPED - IV Fórum Internacional de Pedagogia –. **o lúdico como forma de aprendizagem na educação infantil.** Campina Grande, REALIZE Editora, 2012. Disponível em www.docero.com.br. Acesso em 02/02/2022.

KISHIMOTO, T. M. **Jogos Infantis: o jogo, a criança e a educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 12ª ed., 1993.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Vozes, 12ª ed., 1999.

LIMA, I. F. de. **Educação Infantil: o lúdico no processo de ensino aprendizagem**, Fev/2014. 60 páginas. Faculdade de Educação – FE, Universidade de Brasília – UnB. Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia.

LUCKESI, C. C. **Educação, Ludicidade e prevenção das neuroses futuras: uma proposta pedagógica a partir da Biossíntese**. In: LUCKESI, C. C. (org.) **Ludopedagogia – Ensaio 1: Educação e Ludicidade**. Salvador: Gepel, 2000. Disponível em www.docero.com.br. Acesso em 02/02/2022.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 2. ed. - São Paulo: Atlas 1991.

MARCONI, M. De A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica 1 - 5. ed.** - São Paulo: Atlas 2003.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. 3 ed. São Paulo: Summus, 1999. (ed. orig. 1932).

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**. 3 ed. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 1973.

PIAGET, J. **A psicologia da criança**. 17ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. 24 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

SANTOS, S. M. P. dos. **O brincar na escola**. Metodologia lúdico-vivencial, coletânea de jogos, brinquedos e dinâmicas. Ed 2. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. Disponível em www.soeducador.com.br. Acesso em 22/02/2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em www.docero.com.br. Acesso em 31/05/2022.

VASCONCELLOS, T. **Jogos e brincadeiras no contexto escolar**. Uma introdução à reflexão sobre o uso pedagógico do jogo. Ed 2, ISSN 1982-0283. 2008.

APÊNDICE I

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO AMAZONAS – UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS – CESP

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

NOME: _____

HÁ QUANTO TEMPO ATUA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: _____

HÁ QUANTO TEMPO ATUA NO C.E.I. PESQUISADO _____

SUA FORMAÇÃO (CURSO, LOCAL E ANO): _____

_____.

PÓS GRADUAÇÃO E/OU ESPECIALIZAÇÃO: _____

_____.

QUESTIONÁRIO

1. Em sua opinião, qual a importância do lúdico no processo ensino/aprendizagem para alunos da educação infantil?

2. Como o lúdico, em sala de aula, pode contribuir com o processo de construção integral das crianças?

3. Quais recursos a Sra. utiliza em suas aulas a fim de facilitar a aplicação do lúdico?

4. Quais jogos e brincadeiras a Sra. utiliza em sala de aula?

5. Durante as aulas lúdicas, como a Sra. descreve o comportamento das crianças? (são motivadas a ficarem sentadas e quietas, são motivadas a não permanecerem em seus lugares, outros?).

6. De que forma se dá a escolha das atividades lúdicas?

APÊNDICE II

AUTORIZAÇÃO

(☐) AUTORIZO, (☐) NÃO AUTORIZO que meu nome verdadeiro conste do Trabalho de Pesquisa a ser apresentado ao CESP-UEA. Em caso de não autorizado, a participante será identificada por P1 e P2, referente à Professora da sala 1 e da sala 2, respectivamente.

NOME/ASSINATURA